

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3107722220210615173720

Processo 0831329-53.2020.8.23.0010 ☆ - (189
dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Pendências

Intimações não lidas: Ver Intimação

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar
Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar
Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem
Arquivo

☐ Hab.
Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

38 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 38

500 por pág. ▾

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	38	15/06/2021 17:37:20	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	38.1	Arquivo: Petição	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2775455IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf
			Público
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos	DANYELE BEATRIZ
		Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis -	CAVALCANTE DE OLIVEIRA
		Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (10/06	Estagiária
		/2021)	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Harley Rhamon Ribeiro de	DANYELE BEATRIZ
		Souza com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq.	CAVALCANTE DE OLIVEIRA
		35) JUNTADA DE LAUDO (10/06/2021)	Estagiária
<input type="checkbox"/>	35	10/06/2021 10:24:51	JUNTADA DE LAUDO
			DANYELE BEATRIZ CAVALCANTE DE OLIVEIRA Estagiária
		PRAZO DECORRIDO	
		Sem Resposta - (Referente a(o) MANDADO determinado pelo	SISTEMA CNJ
		evento JUNTADA DE CERTIDÃO(20/04/2021). Parte: Harley	
		Rhamon Ribeiro de Souza	
		LEITURA DE MANDADO REALIZADA	
		MANDADO lido em 11/05/2021 - Referente ao evento de	PRISCILLA RODRIGUES MARIQUES



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08313295320208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **HARLEY RHAMON RIBEIRO DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexos de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexos de causalidade entre a lesão e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial **o boletim de atendimento médico não informa a ocorrência de acidente de trânsito.** Ora Exa., deve se observar também que **o próprio boletim de ocorrência fora registrado apenas 03 meses depois do alegado acidente, pelo próprio autor, não havendo qualquer testemunha do fato ou documento que corrobore com a alegação do acidente narrado pelo autor.**

Deste modo, certo é que os documentos apresentados apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexos de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

DO LAUDO PERICIAL

Caso ultrapassado o exposto acima, vem a Ré impugnar o laudo pericial apresentado pelas seguintes razões:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1º Lesão <u>Pé direito</u> <u>amputação 5º dedo</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

De acordo com o laudo pericial emitido, verifica-se que o ilustre perito apontou no campo destinado à lesão dois segmentos anatômicos que são enquadrados em percentuais distintos na tabela, quais sejam, pé e dedo do pé.

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Deste modo, vem à parte Ré impugnar o presente laudo e requerer a intimação do *expert* para o devido esclarecimento sobre o exposto acima.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 14 de junho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR